

PREFEITURA MUNICIPAL DO BOM JARDIM

ANEXO 15 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Dezembro(31/12/2017)

ISOLADO:1 - PREFEITURA MUNICIPAL DO BOM JARDIM

Exercício de 2017



1 of 2

Documento Assinado Digitalmente por: JOAO FRANCISCO DE LIRA, EDUARDO SAVIO RIBEIRO DE OLIVEIRA PIRES RAPOSO
Acesse em: https://cetes.tce.go.br/epm/validaDoc.aspx?CodigoDocumento=04c158f6-a6c7-428b-b288-e03abc562eb

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS					
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	2.788.095,02	2.271.385,50	PESSOAL E ENCARGOS	26.791.253,04	26.017.140,84
IMPOSTOS	1.816.851,67	1.649.107,45	REMUNERAÇÃO A PESSOAL	21.970.595,92	21.707.660,33
TAXAS	202.882,21	14.957,68	ENCARGOS PATRONAIS	4.820.657,12	4.309.480,51
CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	768.361,14	607.320,37	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	59.956,72	25.084,40
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	1.773,75	317.215,00	APOSENTADORIAS E REFORMAS	20.842,80	13.016,00
EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	1.773,75	317.215,00	PENSÕES	39.113,92	12.068,40
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	206.421,71	134.474,52	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	14.134.316,73	15.821.805,48
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	206.421,71	134.474,52	USO DE MATERIAL DE CONSUMO	3.702.563,69	5.306.531,66
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	50.910.674,91	55.776.596,53	SERVIÇOS	10.431.753,04	10.515.273,82
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	4.940,46	433.655,00	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	79.817,26	0,00
TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	50.905.734,45	53.558.833,89	JUROS E ENCARGOS DE MORA	79.817,26	0,00
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA	0,00	1.784.107,64	TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	11.671.244,38	11.228.915,70
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PA	1.421.978,24	959.590,85	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	11.575.809,87	11.110.258,29
GANHOS COM DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	1.421.978,24	959.590,85	TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	0,00	61.041,41
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	208.114,93	0,00	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS	5.000,00	2.616,00
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	208.114,93	0,00	TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	0,00	55.000,00
TOTAL DAS VARIAÇÕES AUMENTATIVAS	55.537.058,56	59.459.262,40	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA	90.434,51	0,00
TOTAL	55.537.058,56	59.459.262,40	TRIBUTÁRIAS	735.225,04	679.550,18
			IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	1,00	0,00
			CONTRIBUIÇÕES	735.224,04	679.550,18
			OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	1.181.796,26	0,00
			INCENTIVOS	3.000,00	0,00
			SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	1.144,00	0,00
			DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	1.177.652,26	0,00
			TOTAL DAS VARIAÇÕES DIMINUTIVAS	54.653.609,43	53.772.496,60
			RESULTADO PATRIMONIAL (SUPERÁVIT)	883.449,13	5.686.765,80
			TOTAL	55.537.058,56	59.459.262,40

JOÃO FRANCISCO DE LIRA
PREFEITO
327.075.174-53

EDUARDO SÁVIO RIBEIRO DE O. P. RAPOSO
CONTADOR - CRC Nº 020860
CPF: 008.083.754-90

PREFEITURA MUNICIPAL DO BOM JARDIM

ANEXO 15 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Dezembro(31/12/2017)

ISOLADO:1 - PREFEITURA MUNICIPAL DO BOM JARDIM

Exercício de 2017



2 of 2

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS (DECORRENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA)		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
INCORPORAÇÃO DE ATIVO	1.298.157,30	2.753.630,49
INVESTIMENTOS	1.298.157,30	2.753.630,49
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVO	766.992,79	446.946,88
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	766.992,79	446.946,88
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVO	0,00	47.725,00
ALIENAÇÃO DE BENS/AMORTIZAÇÃO DE EMPRESTIMOS(RECEITAS)	0,00	47.725,00

JOÃO FRANCISCO DE LIRA
PREFEITO
327.075.174-53

EDUARDO SÁVIO RIBEIRO DE O. P. RAPOSO
CONTADOR - CRC Nº 020860
CPF: 008.083.754-90



NOTAS EXPLICATIVAS

(ANEXO 15 – DEMONSTRATIVO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DA LEI Nº 4.320/64 - MCASP)

Documento Assinado Digitalmente por: JOAO FRANCISCO DE LIRA, EDUARDO SAVIO RIBEIRO DE OLIVEIRA PIRES RAPOSO
Acesse em: <https://tce.tcepe.gov.br/ep/validarDoc.aspx?Codigo=documento-04d158f6-46e7-4288-b238-603aaab5562e>

a) INFORMAÇÕES GERAIS:

Nome da entidade: Prefeitura Municipal de Bom Jardim
CNPJ: 10.293.074/0001-17
Domicílio da entidade: Praça 19 de Julho, nº s/n – Bairro: Centro – Cidade: Bom Jardim – Pernambuco – CEP: 55.730-000.
Natureza das operações e principais atividades da entidade: A Prefeitura Municipal de Bom Jardim concebida quanto a natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código 124-4 “Município” possui como atividade principal “a administração pública geral”. A população estimada para a Cidade de Bom jardim pelo IBGE é de 38.871 habitantes, tendo como coeficiente do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) o índice de 1,8. Durante o exercício de 2017 a execução orçamentária foi feita baseada na Lei Municipal nº 995 de 30 de novembro de 2016 (LOA 2017). Sua fonte financeira deriva de repasses concedidos pelo Poder Executivo Municipal e demais receitas correntes, além de repasses dos governos estadual e federal através de convênios.
Dados do Gestor: Nome: João Francisco de Lira. Cargo: Prefeito. Período de gestão: 01/01/2017 a 31/12/2017.
Dados do Contador responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis, inclusive as notas explicativas: Nome: Eduardo Sávio Ribeiro de Oliveira Pires Rapôso. CRC-PE nº 020860/O-0. E-mail: eduardosavioraposo@hotmail.com

b) RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS:

b.1. Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis: Este demonstrativo contábil foi elaborado em conformidade com o modelo definido pela Lei Federal nº 4.320/64, Portaria Conjunta STN/SOF nº 02 de 22 de dezembro de 2016 e Portaria STN nº 840 de 21 de dezembro de 2016 que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 7ª edição. Os procedimentos de registro, mensuração e evidenciação obedecem no todo ou em parte no que couber as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público publicadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a NBCT SP 16.6. Em casos específicos foram tomadas por base os normativos internacionais publicados pelo IFAC através das IPSAS.
b.2. Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (Parte V do MCASP e NBC T 16.6) ajustado ao ICC do TCE-PE: Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando as variações patrimoniais aumentativas (VPAS): Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria; Contribuições; Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos; Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras, Transferências e Delegações Recebidas, Valores e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos; Outras Variações Patrimoniais Aumentativas. Quanto as variações patrimoniais diminutivas (VPDS) o demonstrativo evidencia: Pessoal e Encargos; Benefícios Previdenciários e Assistenciais; Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo; Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras; Transferências e Delegações Concedidas; Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos; Tributárias; Outras Variações Patrimoniais Diminutivas. O demonstrativo apresenta o resultado econômico do exercício, além de apresentar em coluna separada os valores do exercício anterior permitindo a comparação de valores. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.
b.3. Bases de mensuração utilizadas: Os ativos e passivos resultantes da execução orçamentária do exercício de 2017 foram mensurados inicialmente a custo histórico como determina a Resolução CFC nº 1.137/2008. Os registros contábeis foram realizados sobre o regime de competência como determinam as NBCASP. Os valores intra-orçamentários foram considerados neste demonstrativo.
b.4. Novas normas e políticas contábeis alteradas: No exercício de 2017 foram evidenciados de forma segregada nas demonstrações contábeis em atendimento as NBCASP, além dos atos potenciais no sistema compensado decorrentes dos contratos de prestação de serviços em execução. O grande objetivo destas importantes mudanças que nos propomos a encampar é o de evidenciar o patrimônio público da forma mais clara possível permitindo a sociedade e aos órgãos de controle e fiscalização o adequado entendimento.
b.5. Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis: Quanto aos atos potenciais nas classes 7 e 8 do plano de contas foram baixados os registros dos contratos em execução tendo em vista o seu encerramento em 31/12/2017.

c) INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS:



c.1. Modelo de elaboração da DVP: O modelo utilizado para elaboração do demonstrativo das variações patrimoniais foi o analítico.
c.2. Redução ao valor recuperável do ativo imobilizado: Até o fechamento deste demonstrativo o setor de patrimônio não disponibilizou ao setor contábil informações que indiquem ativos com interrupção de geração de caixa, bem como não foram evidenciados ativos que sofreram o teste de <i>impairment</i> .
c.3. Baixas de investimentos: Não houve registro de baixas de investimentos.
c.4. Constituição ou reversão de provisões:
c.5. Variações Patrimoniais Qualitativas decorrentes de Incorporação de Ativos, Desincorporação de Passivos, Incorporação de Passivos e Desincorporação de Ativos: Houve incorporação de ativos imobilizados na ordem de R\$ 1.298.157,30. A desincorporação de ativos foi de 766.992,79.
c.6. Variações patrimoniais aumentativas: As variações patrimoniais aumentativas do exercício de 2017 totalizaram R\$ 55.537.058,56.
c.7. Variações patrimoniais diminutivas: As variações patrimoniais diminutivas do exercício de 2017 totalizaram R\$ 54.653.609,43.
c.8. Resultado econômico (patrimonial) do exercício: O resultado patrimonial do exercício de 2017 foi de R\$ 883.449,13.
c.9. Origem e Destino dos Recursos Provenientes da Alienação de Ativos (Art. 50, inciso VI da LRF): Não houve alienação de ativos durante o exercício de 2017.

d) OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

d.1. Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos: Não houve registro e execução de passivos contingentes dos previstos na Lei de Diretrizes Orçamentárias.
d.2. Divulgações não financeiras: Não foi necessário adotar política de gestão de risco financeiro pela entidade.
d.3. Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro: Não há eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futura das operações da entidade.
d.4. Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros: Não foram feitos ajustes significativos decorrentes da omissão e erros de registro para este exercício.

João Francisco de Lira
Prefeito

Eduardo Sávio Ribeiro de O. P. Raposo
Contador
CRC PE Nº 020860/O-0